

PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL:

quando as plataformas
disputam o currículo
e o trabalho docente

EDUCAÇÃO PÚBLICA
DEMOCRÁTICA
EMANCIPADORA
E PARA TODOS

Francisco Thiago Silva
Cláudia Pinheiro Nascimento

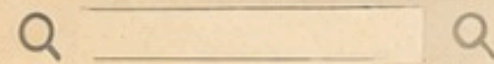


APRENDIZAGEM
PADRONIZADA

AVALIAÇÃO
ALGORÍTMICA

DADOS
DOS ESTUDANTES

CONTEÚDOS
COMERCIALIZADOS



CURRÍCULO
É ESCOLHA
POLÍTICA!

PROFESSORES
NÃO SÃO
ALGORITMOS!

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Francisco Thiago

Plataformização da educação no Brasil [livro eletrônico] : quando as plataformas disputam o currículo e o trabalho docente / Francisco Thiago Silva, Cláudia Pinheiro Nascimento Silva. -- Brasília, DF : Fabricio Santana Fotografia, 2026.
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-976683-4-2

1. Educação a distância 2. Formação docente - Metodologias ativas 3. Plataforma digital
4. Tecnologia educacional I. Silva, Cláudia Pinheiro Nascimento. II. Título.

26-377455.0

CDD-371.33

Índices para catálogo sistemático:

1. Tecnologia educacional : Educação 371.33

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Os autores

Francisco Thiago Silva

Doutor e mestre em Educação pela UnB, com pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), possui formação em Pedagogia e História, além de especialização em História e Cultura Afro-Brasileira. Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (MTC), atua nas áreas de Currículo, Didática e Avaliação. É credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Modalidade Profissional (PPGEMP), onde atualmente é vice-coordenador, orientando pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Foi professor da rede pública de ensino do Distrito Federal por 14 anos, experiência que marca sua trajetória e seu compromisso com a educação pública. Na Faculdade de Educação foi chefe do Departamento de Métodos e Técnicas (MTC) e atuou em instâncias acadêmicas e de extensão. É líder do Grupo de Pesquisa “Currículo e Processo Formativo: inovação e interdisciplinaridade” (CNPq), compõe a equipe gestora da Rede Nacional de Pesquisadores em Pedagogia (RePPed), além de ser pesquisador filiado à Associação Brasileira de Currículo (ABdC). Sua trajetória reúne experiência na educação básica, produção acadêmica qualificada e atuação institucional comprometida com o fortalecimento da Faculdade de Educação. Integrou a Comissão Assessora de Área (Formação Geral e Pedagogia), colaborando com a implementação da Prova Nacional Docente (ENADE) entre 2024-2025 no Inep.



Os autores

Cláudia Pinheiro Nascimento

Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pós-doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). É graduada em Geografia, Pedagogia e História. Atua na Educação Básica desde 2003 e no Ensino Superior desde 2006, com experiência em ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Foi pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), integrando o Projeto TERRACLASS, voltado aos estudos de uso e cobertura da terra na Amazônia. Exerceu a coordenação dos cursos de Geografia e História, da Coordenação de Pesquisa e Extensão (CAPE) e da Residência Pedagógica no Centro Universitário UniPROJEÇÃO. Atuou como Editora-Chefe da Editora Projeção e de periódicos científicos nacionais, além de liderar projetos de pesquisa e extensão na área de formação de professores e ensino de Geografia. Possui ampla experiência em processos regulatórios da educação superior, elaboração de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), gestão de indicadores de qualidade, inovação educacional, metodologias ativas e formação docente continuada. Atualmente, é professora da Universidade Católica de Brasília (UCB), coordenadora dos cursos de Licenciatura em Geografia, História e Matemática na modalidade EaD e assessora pedagógica da Coordenação Acadêmica de Graduação, atuando nos processos regulatórios do MEC/INEP e no desenvolvimento curricular de cursos de graduação.





Apresentação

Esta cartilha nasceu da necessidade de compreender criticamente um dos fenômenos mais relevantes da educação contemporânea: a plataformização da educação. Destinada a professores, gestores, pesquisadores, estudantes e entidades comprometidas com a defesa da escola pública, ela busca contribuir para o debate sobre as transformações produzidas pelo capitalismo digital, seus impactos sobre o currículo e o trabalho docente e os desafios colocados à construção de uma educação digital democrática. Longe de rejeitar as tecnologias, o objetivo deste material é estimular uma reflexão crítica sobre seus usos, seus limites e as disputas políticas, econômicas e curriculares que atravessam sua incorporação às redes públicas de ensino. Esperamos que estas páginas possam fortalecer o diálogo, inspirar novas pesquisas e contribuir para a construção coletiva de políticas educacionais comprometidas com a democracia, a autonomia docente e a formação humana.

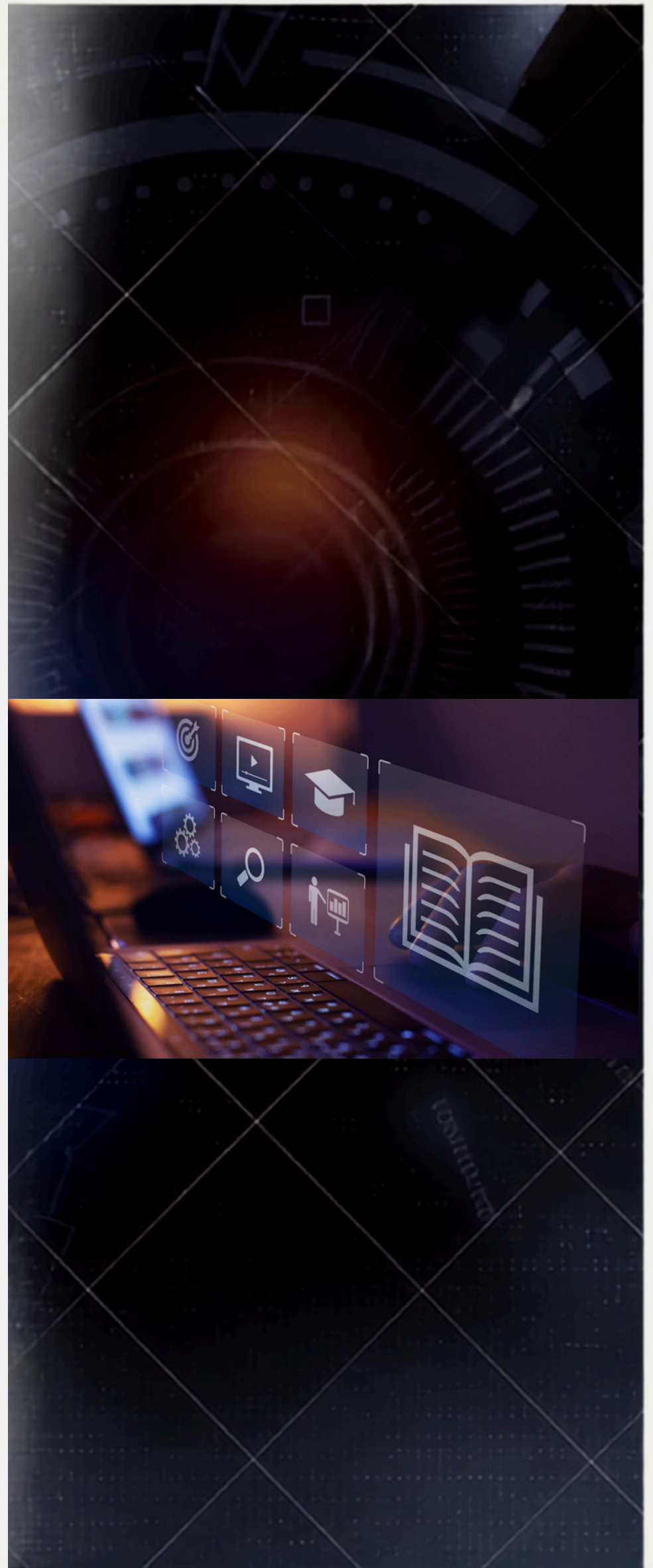


Sumário

Apresentação	4
Resumo	4
Sobre os autores	2
1. Como chegamos à era da plataformização?	6
2. Afinal, o que é a plataformização da educação?	11
3. Como a plataformização chegou às escolas brasileiras? ..	15
São Paulo e Paraná como exemplos concretos	16
O caso de São Paulo	17
O caso do Paraná	21
O que os dois casos revelam?	25
Quadro 1 – São Paulo e Paraná em perspectiva ..	26
4. O que muda no trabalho docente e no currículo?	28
O currículo continua sendo um território de disputas ..	31
Quadro 2 – Caminhos para uma plataformização comprometida com a educação pública ..	33
Manifesto: Sete compromissos para uma educação digital democrática ..	35
Para refletir... ..	36
Em síntese	37
5. E agora? Caminhos para uma educação digital democrática ..	38
Mensagem final	39
Dez ideias para levar desta leitura	40
Referências	41

Capítulo 1

Como chegamos à
era da
plataformização?



Todos os dias utilizamos plataformas digitais para trabalhar, estudar, realizar pagamentos, fazer compras, solicitar transporte e nos comunicar. Na educação, essa realidade também já faz parte do cotidiano: professores registram frequência em sistemas digitais, planejam aulas em plataformas, acompanham indicadores de desempenho e utilizam ambientes virtuais de aprendizagem cada vez mais presentes nas redes públicas de ensino.

Mas será que estamos falando apenas da incorporação de novas tecnologias à escola?

Ou estamos diante de uma transformação muito mais profunda na forma como a sociedade produz riqueza, organiza o trabalho e exerce poder?

Compreender essa mudança é o primeiro passo para entendermos o fenômeno da plataformização da educação.

Durante mais de dois séculos, o capitalismo estruturou-se principalmente em torno da produção industrial. Máquinas, fábricas, matérias-primas e força de trabalho constituíam os elementos centrais da produção de riqueza. Foi nesse contexto que Karl Marx (2013) analisou as contradições do modo de produção capitalista, demonstrando como a exploração do trabalho humano e a apropriação privada da riqueza produzida constituíam a base da acumulação do capital.

Mesmo passados mais de 150 anos da publicação de *O Capital*, muitas das categorias elaboradas por Marx permanecem fundamentais para compreender a sociedade contemporânea. A concentração da riqueza, a exploração do trabalho, as desigualdades sociais e a busca incessante pela acumulação continuam presentes. Contudo, o capitalismo também se transformou profundamente.

É exatamente essa transformação que Ladislau Dowbor (2025) denomina de "Era da Revolução Digital". Para o autor, vivemos uma etapa histórica em que a informação deixa de ser apenas um recurso auxiliar da produção para tornar-se um dos principais ativos econômicos do capitalismo contemporâneo. Empresas que controlam plataformas digitais, dados e sistemas de informação passaram a concentrar enorme poder econômico e político, influenciando mercados, governos e até mesmo as políticas públicas.

Segundo Dowbor (2025), essa nova configuração modifica inclusive as formas de exploração do trabalho. O crescimento do trabalho sob demanda, das plataformas digitais, da economia de aplicativos e da financeirização amplia processos de precarização laboral, ao mesmo tempo em que fortalece novas formas de concentração de riqueza baseadas não apenas na produção de bens materiais, mas principalmente no controle da informação, dos dados e das tecnologias.

Essas mudanças também repercutem diretamente na educação. Se antes as grandes disputas envolviam principalmente financiamento, infraestrutura ou expansão da escolarização, hoje novas questões entram em cena: quem controla os sistemas utilizados pelas escolas? Quem produz e administra os dados dos estudantes? Quem define o funcionamento das plataformas utilizadas por professores e redes de ensino?

Nessa direção, Manuel Castells (2022) contribui para compreender que tecnologia e sociedade não podem ser analisadas separadamente. Para o autor, vivemos em uma sociedade em rede, na qual as tecnologias digitais reorganizam formas de comunicação, trabalho, produção de conhecimento e relações de poder. Em outras palavras, as tecnologias não são neutras: elas expressam interesses, modelos de organização social e projetos de sociedade.

Nesse cenário, conforme argumenta Nick Srnicek (2017), surge outra denominação, o chamado “capitalismo de plataforma”, muito pertinente para essa discussão, ela representa uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, na qual as plataformas digitais deixam de ser meros instrumentos tecnológicos para se tornarem o principal modelo de organização da produção, da circulação de bens e serviços e da geração de riqueza. Nesse modelo, empresas como Google, Amazon, Uber e Microsoft atuam como grandes intermediárias das relações econômicas e sociais, oferecendo infraestruturas digitais capazes de conectar usuários, empresas e trabalhadores. O principal ativo dessas corporações não é apenas a tecnologia, mas a capacidade de coletar, armazenar e processar grandes volumes de dados, transformando informações sobre comportamentos, preferências e interações em valor econômico.

Ao mesmo tempo, as plataformas ampliam processos de concentração de mercado, intensificam formas de gestão algorítmica e reorganizam as relações de trabalho, frequentemente marcadas pela flexibilização, pela precarização e pelo enfraquecimento dos vínculos laborais tradicionais. Compreender o capitalismo de plataforma é fundamental para analisar a plataformização da educação, uma vez que as mesmas racionalidades econômicas e tecnológicas que reorganizam o mercado passam, progressivamente, a influenciar também as políticas educacionais, a gestão escolar, o currículo e o trabalho docente.

É justamente nesse contexto que ganha força aquilo que Fernando Cássio (2026) denomina de “tecnossolucionismo”: a crença de que problemas complexos da educação podem ser resolvidos exclusivamente por meio da introdução de tecnologias digitais, plataformas e soluções empresariais. Como alerta o autor, escolas públicas não podem ser tratadas como laboratórios permanentes de experimentação para projetos concebidos sem diálogo com professores, estudantes e comunidades escolares.

Isso não significa defender uma posição contrária às tecnologias digitais. Pelo contrário. As tecnologias podem ampliar possibilidades de ensino, aprendizagem, comunicação e democratização do conhecimento. O problema surge quando elas deixam de ser ferramentas a serviço da educação para se tornarem mecanismos de controle, vigilância, padronização curricular e mercantilização da escola pública.

É nesse cenário que emerge o fenômeno da plataformização da educação. Mais do que substituir o quadro pela tela ou o livro pelo computador, a plataformização representa uma nova forma de organizar o trabalho docente, produzir informações sobre estudantes, gerir sistemas educacionais e influenciar decisões pedagógicas.

Em outras palavras, compreender a plataformização exige ir além da tecnologia. Exige compreender as transformações do capitalismo contemporâneo, as disputas em torno da produção de conhecimento e os novos mecanismos de poder que atravessam a escola pública.

Em síntese

- ✓ A sociedade continua marcada pelas contradições do capitalismo, mas novas formas de produção de riqueza ganharam centralidade.
- ✓ Dados, algoritmos, inteligência artificial e plataformas tornaram-se ativos estratégicos da economia contemporânea.
- ✓ As tecnologias digitais não são neutras: elas refletem interesses econômicos, políticos e sociais.
- ✓ A educação passou a integrar esse novo cenário, tornando-se um espaço estratégico para a expansão das plataformas digitais.
- ✓ Compreender a plataformização da educação exige compreender, antes de tudo, as transformações do capitalismo na chamada Era da Revolução Digital.

Capítulo 2

**Afinal, o que é a
plataformização da
educação?**



Quando ouvimos a palavra plataforma, é comum pensarmos em aplicativos, ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas de gestão escolar ou recursos utilizados para aulas on-line. De fato, essas ferramentas fazem parte do cotidiano de milhares de escolas brasileiras e se tornaram ainda mais presentes após a pandemia de Covid-19.

No entanto, a plataformização da educação é muito mais do que o uso de tecnologias digitais na escola.

Ela representa uma transformação profunda na forma como a educação é organizada, administrada e governada. Trata-se de um processo em que plataformas digitais deixam de ser simples instrumentos de apoio ao ensino para se tornarem infraestruturas capazes de organizar o funcionamento das redes de ensino, registrar informações, produzir indicadores, armazenar grandes volumes de dados, acompanhar estudantes e professores, orientar decisões administrativas e influenciar políticas educacionais.

Isso significa que a plataforma não é apenas um espaço onde professores disponibilizam atividades ou estudantes realizam exercícios. Ela passa a mediar boa parte das relações que constituem a vida escolar: planejamento, comunicação, avaliação, frequência, distribuição de materiais, produção de relatórios, acompanhamento da aprendizagem e gestão dos sistemas educacionais. Em muitos casos, essas atividades tornam-se dependentes da lógica de funcionamento dessas plataformas, modificando progressivamente a organização do trabalho pedagógico.

Essa transformação está diretamente relacionada às mudanças do capitalismo contemporâneo discutidas na seção anterior. Se dados e informações passaram a ocupar lugar estratégico na economia digital, a educação tornou-se um espaço privilegiado para sua produção. Cada acesso realizado por um estudante, cada atividade respondida, cada avaliação, cada registro de frequência ou interação produz informações que podem ser armazenadas, processadas e analisadas por sistemas digitais. Surge, assim, aquilo que diversos pesquisadores denominam economia de dados, na qual a informação se converte em um ativo econômico de enorme valor.

Nesse contexto, grandes empresas de tecnologia - conhecidas como Big Techs - ampliaram significativamente sua presença no campo educacional. Empresas como Google, Microsoft, Amazon e Meta, além de inúmeras EdTechs (empresas especializadas em tecnologias educacionais), passaram a oferecer às redes públicas pacotes integrados que incluem ambientes virtuais, contas institucionais, armazenamento em nuvem, sistemas de comunicação, plataformas de aprendizagem, inteligência artificial e ferramentas de análise de dados. Muitas dessas soluções são apresentadas como gratuitas ou de baixo custo, acompanhadas de promessas de inovação, eficiência, personalização da aprendizagem e modernização da gestão escolar.

Essas promessas, entretanto, precisam ser analisadas de forma crítica. Como destacam os estudos recentes sobre o tema, a plataformização não é um fenômeno neutro. As plataformas são concebidas segundo modelos específicos de organização, incorporam interesses econômicos e operam por meio de algoritmos que selecionam informações, estabelecem métricas de desempenho, automatizam processos e definem formas particulares de interação entre seus usuários. Assim, ao mesmo tempo em que ampliam possibilidades de comunicação e acesso à informação, também introduzem novas formas de dependência tecnológica, vigilância, padronização e controle.

Outro aspecto importante diz respeito à dataficação da educação. Esse conceito refere-se ao processo pelo qual atividades humanas são continuamente convertidas em dados passíveis de registro, monitoramento e análise. No ambiente escolar, isso significa que tempos de acesso, respostas às atividades, desempenho em avaliações, frequência, participação em aulas e inúmeras outras ações passam a gerar informações que alimentam bancos de dados cada vez mais sofisticados. Essas informações podem subsidiar decisões pedagógicas importantes, mas também podem fortalecer mecanismos de monitoramento, classificação e responsabilização quando utilizadas exclusivamente sob uma lógica gerencial e produtivista.

Por essa razão, compreender a plataformização da educação exige ir além da discussão sobre computadores, internet ou inteligência artificial. Trata-se de reconhecer que as plataformas digitais passaram a integrar a própria infraestrutura dos sistemas educacionais, influenciando modos de gestão, formas de comunicação, processos administrativos e práticas pedagógicas. Em outras palavras, elas não apenas oferecem recursos tecnológicos: passam, progressivamente, a organizar a maneira como a educação funciona.

Isso não significa rejeitar o uso das tecnologias digitais. Pelo contrário. As plataformas podem contribuir para ampliar o acesso à informação, favorecer a comunicação entre escolas e famílias, apoiar processos de ensino e aprendizagem e facilitar inúmeras atividades administrativas. A questão central é outra: quem controla essas plataformas, quais interesses orientam seu funcionamento, quais dados são produzidos e utilizados, quais decisões passam a ser automatizadas e quais impactos isso produz sobre a educação pública.

Essas perguntas mostram que a plataformização não constitui apenas um fenômeno tecnológico. Ela envolve disputas econômicas, políticas, culturais e pedagógicas que atravessam a escola contemporânea e colocam novos desafios para professores, estudantes, gestores e sistemas públicos de ensino. É justamente sobre esses desafios que trataremos nas próximas seções da cartilha.

Em síntese

- ✓ Plataformização não significa apenas utilizar tecnologias digitais na escola.
- ✓ Plataformas tornam-se infraestruturas que organizam a gestão, a comunicação, a avaliação e diversas práticas escolares.
- ✓ Dados produzidos por estudantes e professores passam a integrar uma nova economia baseada na informação.
- ✓ Big Techs e EdTechs ampliam sua presença nas políticas educacionais oferecendo soluções tecnológicas para redes públicas de ensino.
- ✓ A plataformização amplia possibilidades pedagógicas, mas também suscita importantes debates sobre autonomia, vigilância, privacidade, soberania digital e educação pública.

Capítulo 3

**Como a
plataformização
chegou às escolas
brasileiras?**



A plataformização da educação não ocorreu de forma homogênea no Brasil. Embora diferentes estados tenham ampliado o uso de plataformas digitais após a pandemia de Covid-19, algumas redes públicas passaram a ocupar posição de destaque na implementação dessas políticas. Entre elas, os estados de São Paulo e Paraná tornaram-se referências importantes para compreender como plataformas digitais passaram a reorganizar a gestão educacional, o currículo e o trabalho docente. Em ambos os casos, observa-se um movimento que vai muito além da simples adoção de tecnologias educacionais. As plataformas passaram a integrar o cotidiano das escolas, influenciando processos administrativos, práticas pedagógicas, sistemas de avaliação e formas de acompanhamento do desempenho de estudantes, professores e gestores. Trata-se, portanto, da materialização concreta daquilo que discutimos nas seções anteriores: a transformação das plataformas em elementos estruturantes da organização dos sistemas públicos de ensino.

O caso de São Paulo

Nos últimos anos, a rede estadual paulista tornou-se um dos exemplos mais expressivos da plataformização da educação no Brasil. A expansão de plataformas digitais passou a ocupar posição central na organização do sistema de ensino, alcançando o planejamento pedagógico, o currículo, as avaliações, o acompanhamento da aprendizagem, o monitoramento da frequência e a gestão escolar. Nesse contexto, as plataformas deixaram de funcionar apenas como recursos de apoio ao ensino para se converterem em dispositivos permanentes de organização da vida escolar. Embora essa política seja apresentada pelos gestores públicos como estratégia de inovação, modernização administrativa e melhoria dos indicadores educacionais, pesquisas recentes têm demonstrado que seus efeitos ultrapassam amplamente a dimensão tecnológica. Estudos desenvolvidos por pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-Unicamp), da Universidade de São Paulo (USP) e por organizações da sociedade civil evidenciam que a plataformização vem sendo acompanhada pela crescente padronização curricular, intensificação do trabalho docente, ampliação dos mecanismos de controle pedagógico e fortalecimento da gestão orientada por metas e indicadores.

A Fernando Cássio (2026) caracteriza esse processo como uma "plataformização radical" da educação paulista. Segundo o autor, as plataformas digitais deixam de constituir simples instrumentos didáticos para se transformarem em mecanismos permanentes de gestão, vigilância e responsabilização, uma espécie de "EaD presencial", isso se materializa por meio do preenchimento burocrático de planilhas docentes, na existência de punições ilegais devido ao suposto não cumprimento de metas estabelecidas, o flagrante caso dos estudantes com deficiência submetidos ao uso de plataformas sem nenhuma acessibilidade, além dos casos de fraudes em registros de presença . Ou seja, a aula, o planejamento, a avaliação e até mesmo a atuação dos professores passam a ser permanentemente acompanhados por indicadores produzidos automaticamente pelos sistemas digitais:

Tudo gira em torno de ferramentas automatizadas: a chamada, as medidas contra a evasão escolar, a elaboração de redações (já corrigidas por inteligência artificial), a aula de Matemática infantilizada para adolescentes, o upload pré-forma de tarefas (vale até receita de bolo, confessam os estudantes). (Cássio, 2026, p. 118-119).

Fora isso se registra que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, fazendo uso equivocado e intencional dos dados (indicadores), afastou ao menos 225 gestores muito inseridos em suas comunidades, justamente sob a alegação de descumprimento de metas, resultantes dos testes de larga escala e do uso dessas plataformas. Segundo Cássio (2026) são típicas marcas de governos como o de São Paulo que miram a pura exploração eleitoreira, por meio da elevação dos índices educacionais, financiados pelos empresários e institutos educacionais, com menos compromisso ainda com a escola pública, isso tudo a custo da saúde mental daqueles (as) que realmente tem compromisso com a educação pública. Como destacam Garbin, Ribeiro e Cipoli (2025), esse movimento produz uma importante inflexão na própria natureza do trabalho docente. O professor deixa progressivamente de ocupar o lugar de autor do currículo para assumir funções predominantemente voltadas ao acompanhamento, registro e monitoramento das atividades previamente estruturadas pelas plataformas

Em outras palavras, desloca-se do papel de planejador da ação pedagógica para o de operador e supervisor dos fluxos definidos pelos sistemas digitais.

Essa interpretação é aprofundada por Fenselau e Normanha (2026), ao defenderem que a rede paulista passa a operar segundo um "currículo sob demanda", caracterizada pela constante substituição de materiais, programas e plataformas digitais. Em vez de favorecer a construção coletiva do currículo, esse modelo amplia processos de padronização e heteronomia, reduzindo o espaço para decisões pedagógicas contextualizadas e para a autoria docente. O currículo torna-se progressivamente reorganizado conforme a lógica de funcionamento das plataformas e das demandas gerenciais do sistema educacional.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à crescente dataficação da educação. Conforme demonstram Allan Kenji Seki (2025) e Lucas Coppi (2024), as plataformas digitais não coletam apenas respostas às atividades escolares. Elas registram tempos de acesso, permanência, padrões de navegação, frequência, produtividade e inúmeras outras informações que passam a alimentar sistemas de monitoramento em tempo real. A produção contínua desses dados fortalece novas formas de vigilância e controle sobre estudantes, professores e gestores, aproximando a gestão educacional de modelos baseados na lógica da performatividade e da gestão algorítmica.

Paralelamente, relatórios produzidos pela Plataforma Dhesca Brasil e pela Ação Educativa revelam que esse processo vem sendo acompanhado por importantes impactos sobre as condições de trabalho e sobre o direito à educação. Entre os principais problemas identificados destacam-se a intensificação da jornada docente, a ampliação das exigências burocráticas, o crescimento da pressão por resultados, a fragilização da autonomia pedagógica e preocupações relacionadas à proteção dos dados educacionais. O relatório também evidencia efeitos sobre a saúde mental de professores e estudantes, que relatam aumento da ansiedade, da sobrecarga, do esgotamento e da frustração decorrentes da centralidade assumida pelas plataformas digitais no cotidiano escolar.

Esses estudos chamam atenção para o fato de que, em muitos casos, a imposição do uso intensivo das plataformas ocorre sem condições adequadas de infraestrutura, conectividade e equipamentos, transferindo para escolas, professores e estudantes os custos operacionais da transformação digital.

As pesquisas produzidas sobre a experiência paulista convergem para uma conclusão importante: a plataformização não representa apenas uma inovação tecnológica. Ela expressa uma profunda transformação na forma de governar a educação pública, deslocando progressivamente decisões pedagógicas para sistemas digitais orientados por indicadores, algoritmos e métricas de desempenho. Nesse cenário, a discussão deixa de se restringir às tecnologias utilizadas pelas escolas e passa a envolver questões centrais relacionadas à autonomia docente, ao currículo, à gestão democrática, à proteção dos dados educacionais e ao próprio papel da escola pública na formação das novas gerações.

A análise de Fernando Cássio (2026) amplia ainda essa compreensão ao sustentar que o problema da rede paulista não reside na presença das tecnologias em si, mas na forma como elas passaram a estruturar a política educacional. Para o autor, a plataformização integra um projeto mais amplo de reorganização da escola pública, marcado pela centralização das decisões pedagógicas, pela intensificação do monitoramento do trabalho docente e pela adoção de mecanismos gerenciais inspirados na lógica empresarial. Nesse contexto, plataformas digitais, indicadores de desempenho e sistemas de monitoramento deixam de constituir instrumentos de apoio ao ensino para assumir papel estratégico na condução das políticas curriculares e na regulação do cotidiano escolar.

Ao mesmo tempo, Cássio (2026) adverte que seria um equívoco atribuir às plataformas a responsabilidade exclusiva pelos problemas da educação paulista. As tecnologias digitais podem constituir importantes recursos pedagógicos quando orientadas pelos princípios da educação pública, da autonomia docente e da gestão democrática.

O desafio, portanto, não consiste em rejeitar a inovação tecnológica, mas em impedir que ela seja capturada por racionalidades tecnocráticas que subordinam o currículo, o trabalho docente e a própria escola à lógica da vigilância, da performatividade e da gestão por indicadores. Assim, o caso de São Paulo revela que a principal disputa da plataformização não se limita à adoção de plataformas digitais, mas diz respeito ao projeto de educação pública que se pretende construir: uma escola orientada por algoritmos e indicadores ou uma escola comprometida com a autonomia docente, a gestão democrática e a formação humana.

O caso do Paraná

O estado do Paraná constitui outra experiência emblemática da plataformização da educação pública no Brasil. Nos últimos anos, especialmente a partir das gestões recentes da Secretaria de Estado da Educação (SEED-PR), consolidou-se um amplo ecossistema de plataformas digitais voltado à organização do ensino, da gestão escolar e do acompanhamento da aprendizagem. Diferentemente de iniciativas pontuais de digitalização, o modelo paranaense caracteriza-se pela integração de diversas plataformas que passaram a estruturar praticamente todas as dimensões da vida escolar, desde o planejamento pedagógico até a produção de indicadores de desempenho.

Entre as principais ferramentas implementadas destacam-se;

- o Redação Paraná, destinado ao desenvolvimento da escrita e ao acompanhamento contínuo da produção textual;
- o Leia Paraná, voltado ao incentivo à leitura;
- os programas Inglês Paraná High e Inglês Paraná Teens, apoiados por recursos de inteligência artificial;
- além da integração com plataformas internacionais, como Khan Academy e Matific, destinadas ao ensino da Matemática.

O ecossistema inclui ainda programas como Robótica Paraná, Programação Paraná, Edutech, Desafio Paraná e ambientes digitais de apoio às atividades pedagógicas, todos articulados por sistemas centralizados de acesso e monitoramento.

Sob a perspectiva governamental, esse conjunto de iniciativas é apresentado como estratégia de inovação pedagógica, modernização da gestão e ampliação das oportunidades de aprendizagem. A Secretaria de Estado da Educação argumenta que as plataformas favorecem o acompanhamento individualizado dos estudantes, ampliam o acesso às tecnologias digitais, oferecem suporte ao trabalho docente e qualificam os processos de tomada de decisão por meio da utilização de dados educacionais.

Entretanto, estudos recentes vêm apontando que esse modelo também produz importantes transformações na organização do trabalho pedagógico e na própria concepção de currículo. Pesquisadores destacam que a expansão das plataformas foi acompanhada pela adoção de sistemas permanentes de monitoramento, painéis analíticos (dashboards), indicadores de desempenho e mecanismos de gestão orientados por metas, aproximando a administração da educação pública de modelos inspirados na lógica empresarial e na cultura da performatividade.

As análises de Amaral e Arrais (2026) evidenciam que a utilização intensiva de plataformas digitais modifica as relações pedagógicas ao deslocar parte significativa do processo educativo para ambientes mediados por sistemas informatizados. Embora reconheçam o potencial das tecnologias para ampliar possibilidades de aprendizagem, as autoras alertam que sua utilização exige mediação crítica, sob pena de reduzir a atividade docente ao acompanhamento de tarefas previamente estruturadas pelos próprios sistemas digitais.

Na mesma direção, Bolgenhagen e Martins (2024) observam que a plataformização da educação paranaense fortalece processos de padronização curricular e amplia a dependência das redes públicas em relação às infraestruturas tecnológicas oferecidas por empresas privadas. Segundo as autoras, a centralidade assumida pelas plataformas altera a dinâmica escolar ao priorizar indicadores quantitativos, rotinas padronizadas e fluxos permanentes de monitoramento, reduzindo progressivamente os espaços de autonomia pedagógica das escolas e dos professores.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à crescente “dataficação” da educação. A produção contínua de informações sobre frequência, desempenho, acesso às plataformas, realização de atividades e resultados das avaliações alimenta sistemas informatizados que passam a orientar decisões administrativas e pedagógicas em tempo real. Nesse cenário, os dados deixam de constituir simples registros administrativos para se converterem em elemento central da governança educacional, redefinindo prioridades, metas e formas de acompanhamento do trabalho escolar.

Esse processo também tem sido objeto de críticas por parte de pesquisadores, sindicatos e entidades representativas da educação, que questionam a crescente influência de empresas privadas sobre a infraestrutura tecnológica da rede estadual, a intensificação do trabalho docente, a ampliação dos mecanismos de vigilância e a redução dos espaços de construção coletiva do currículo. As preocupações concentram-se, sobretudo, na possibilidade de que as plataformas deixem de funcionar como instrumentos de apoio pedagógico para assumir papel normativo na definição das práticas escolares.

Assim como ocorre em São Paulo, a experiência paranaense evidencia que a plataformização da educação ultrapassa a simples incorporação de tecnologias digitais ao cotidiano das escolas. Trata-se de uma transformação estrutural que reorganiza formas de gestão, redefine o trabalho docente, amplia a centralidade dos dados na administração educacional e introduz novas disputas em torno do currículo, da autonomia pedagógica e da própria natureza da escola pública.

O que os dois casos revelam?

Embora apresentem diferenças na forma de implementação, São Paulo e Paraná compartilham características que ajudam a compreender o fenômeno da plataformização da educação no Brasil.

Em ambos os estados observa-se a crescente presença de plataformas digitais privadas na organização dos sistemas públicos de ensino; a utilização intensiva de dados para orientar decisões administrativas e pedagógicas; a expansão de mecanismos de monitoramento e avaliação baseados em indicadores produzidos automaticamente; e o fortalecimento de modelos de gestão inspirados na lógica da eficiência, da produtividade e do desempenho.

O Essas experiências mostram que a plataformização não representa apenas uma inovação tecnológica. Ela expressa uma nova forma de governança educacional, na qual plataformas digitais passam a influenciar decisões que anteriormente pertenciam às escolas, aos professores e aos próprios sistemas públicos de ensino. Por essa razão, compreender seus efeitos exige analisar não apenas os recursos tecnológicos utilizados, mas também as relações de poder, os interesses econômicos e os projetos de educação que acompanham sua expansão.

É justamente nesse ponto que emerge uma das questões centrais desta cartilha: quais impactos esse processo produz sobre o currículo e sobre o trabalho docente? É essa discussão que desenvolveremos na próxima seção.

Em síntese

- ✓ São Paulo e Paraná tornaram-se referências nacionais na implementação de políticas de plataformização da educação.
- ✓ Em ambos os estados, as plataformas passaram a organizar não apenas atividades pedagógicas, mas também processos de gestão, avaliação e monitoramento.
- ✓ Pesquisadores apontam impactos relacionados à intensificação do trabalho docente, à ampliação da vigilância, à padronização das práticas escolares e ao fortalecimento da presença de empresas privadas na educação pública.
- ✓ Os governos estaduais defendem que a digitalização amplia a eficiência administrativa, fortalece a gestão e favorece a aprendizagem.
- ✓ O debate sobre a plataformização não diz respeito apenas ao uso de tecnologias, mas aos projetos de educação, de escola pública e de trabalho docente que essas tecnologias passam a materializar.

Embora São Paulo e Paraná apresentem contextos e estratégias próprias, ambos revelam tendências que vêm se consolidando em diferentes redes públicas brasileiras. A expansão das plataformas digitais tem sido acompanhada por mudanças na gestão educacional, na organização do currículo e nas formas de acompanhamento do trabalho docente, suscitando importantes debates sobre autonomia pedagógica, proteção dos dados educacionais e democratização das políticas públicas. O quadro a seguir reúne, de forma sintética, os principais aspectos que caracterizam esse processo, permitindo visualizar convergências, diferenças e desafios colocados à educação pública contemporânea.

Quadro 1 – São Paulo e Paraná em perspectiva: a plataformização das redes estaduais de ensino

Dimensão	São Paulo	Paraná
Discurso oficial	Modernização da gestão escolar, personalização da aprendizagem, melhoria dos indicadores educacionais, uso intensivo de plataformas digitais e inteligência de dados para apoiar decisões pedagógicas.	Digitalização da educação, inovação tecnológica, ampliação do acesso a recursos digitais, monitoramento da aprendizagem e fortalecimento da gestão baseada em evidências.
Implementação	Ampliação do uso obrigatório de plataformas digitais para atividades pedagógicas, avaliações, monitoramento do desempenho, acompanhamento da frequência e gestão escolar. Indicadores produzidos pelas plataformas passaram a orientar decisões administrativas e pedagógicas.	Implantação de mais de vinte plataformas e aplicativos educacionais, integrando planejamento, gestão, avaliações, acompanhamento da aprendizagem e sistemas de monitoramento baseados em indicadores e painéis de dados (<i>Power BI</i> , entre outros).
Principais críticas da produção acadêmica e das entidades educacionais	Intensificação do trabalho docente; redução da autonomia pedagógica; padronização das práticas escolares; vigilância permanente por meio de indicadores; aumento da burocracia digital; impactos sobre a saúde mental; fortalecimento da presença de empresas privadas na educação pública.	Padronização curricular; ampliação do controle sobre professores e gestores; monitoramento permanente por plataformas; fortalecimento da lógica empresarial na gestão escolar; dependência tecnológica; coleta massiva de dados educacionais; mercantilização da educação pública.
Principais desafios	Conciliar inovação tecnológica com autonomia docente, gestão democrática, proteção dos dados educacionais e valorização do trabalho pedagógico.	Garantir que as tecnologias permaneçam como instrumentos de apoio ao ensino, preservando a autonomia das escolas, a soberania digital e o caráter público da educação.

Fonte: elaborado pelos autores com base em Vitorino e Alves (2025), CGI.br (2023), Silva e Carolei (2024), Bolgenhagen e Martins (2024), Costa e Silva (2026), Cássio (2026), relatórios da Ação Educativa (2026) e demais estudos sobre a plataformização da educação.

O que São Paulo e Paraná nos ensinam?

Embora apresentem diferenças na forma de implementação, as experiências dos dois estados evidenciam uma tendência comum: as plataformas digitais deixaram de ser apenas ferramentas de apoio ao ensino e passaram a integrar a infraestrutura de gestão dos sistemas educacionais. Com isso, ampliam-se as possibilidades de inovação tecnológica, mas também emergem novos desafios relacionados à autonomia docente, à proteção dos dados educacionais, à soberania digital, à gestão democrática e ao papel da escola pública na formação humana.

Capítulo 4

**O que muda no
trabalho docente e no
currículo?**



Até aqui vimos que a plataformização da educação não se resume à incorporação de novas tecnologias às escolas. Também observamos que ela altera a forma como os sistemas públicos de ensino organizam sua gestão, produzem informações, monitoram resultados e estruturam suas políticas educacionais. Entretanto, talvez a transformação mais profunda produzida pelas plataformas digitais ainda permaneça pouco visível: a maneira como elas passam a interferir no currículo e no trabalho docente.

À primeira vista, pode parecer que uma plataforma digital apenas organiza atividades, disponibiliza materiais didáticos ou facilita a comunicação entre professores e estudantes. No entanto, quando observamos atentamente seu funcionamento, percebemos que essas ferramentas também passam a definir sequências de conteúdos, estabelecer tempos de aprendizagem, organizar avaliações, produzir indicadores de desempenho e orientar decisões pedagógicas. Em outras palavras, deixam de ser simples instrumentos tecnológicos para participar da própria organização do currículo escolar.

Essa constatação exige uma pergunta fundamental: **Quem passa a decidir o currículo quando a escola passa a funcionar mediada por plataformas digitais?**

Historicamente, os estudos do currículo demonstram que ensinar nunca significou apenas cumprir programas oficiais ou transmitir conteúdos previamente estabelecidos. O currículo é uma construção social, política e cultural. Ele ganha vida nas escolhas realizadas diariamente pelos professores, nas relações estabelecidas em sala de aula, nos conhecimentos selecionados, nas metodologias adotadas e nas experiências construídas coletivamente pelos estudantes. O trabalho docente sempre ocupou papel central nesse processo, pois é o professor quem interpreta, adapta, contextualiza e ressignifica o currículo diante da realidade concreta da escola.

Com a expansão das plataformas digitais, entretanto, parte dessas decisões começa a ser progressivamente deslocada para sistemas informatizados. Sequências didáticas previamente estruturadas, materiais padronizados, roteiros automáticos de atividades, metas de execução, indicadores de desempenho e algoritmos passam a orientar aquilo que antes era resultado da autonomia pedagógica construída pelos docentes.

Surge, assim, aquilo que alguns pesquisadores denominam de “um currículo sob demanda”: um currículo organizado por fluxos previamente programados pelas plataformas, reduzindo gradativamente o espaço para decisões pedagógicas contextualizadas e coletivamente construídas.

Isso não significa afirmar que o professor deixa de ensinar. Significa reconhecer que sua autonomia passa a conviver com novos mecanismos de regulação, monitoramento e padronização que atravessam o cotidiano escolar. Em vez de decidir integralmente o ritmo, a sequência e a organização das atividades, muitos docentes passam a responder às exigências dos sistemas digitais, aos cronogramas das plataformas e aos indicadores produzidos automaticamente pelos algoritmos. O trabalho pedagógico continua existindo, mas passa a ser permanentemente acompanhado por métricas de produtividade, tempos de acesso, percentuais de execução e índices de desempenho.

Esse fenômeno modifica profundamente o próprio significado do trabalho docente. Além do planejamento das aulas, da mediação pedagógica, da avaliação da aprendizagem e do acompanhamento dos estudantes, professores passam a dedicar parte significativa de sua jornada ao preenchimento de sistemas, alimentação de plataformas, registro de informações, conferência de indicadores e atendimento de demandas burocráticas produzidas pela própria lógica digital. Diversos estudos nacionais identificam que essa ampliação das tarefas administrativas tem contribuído para a intensificação do trabalho, o aumento da sobrecarga profissional e a redução do tempo destinado às atividades propriamente pedagógicas.

Outro aspecto importante diz respeito à chamada performatividade algorítmica. Diferentemente das avaliações educacionais tradicionais, que produzem informações em momentos específicos, as plataformas monitoram continuamente as ações realizadas por professores, estudantes e gestores. Cada acesso, atividade respondida, tempo de permanência, frequência registrada ou material disponibilizado transforma-se em dado. Esses dados alimentam painéis, rankings, relatórios e indicadores que passam a orientar decisões administrativas e pedagógicas.

A lógica da avaliação deixa de incidir apenas sobre a aprendizagem dos estudantes e passa também a acompanhar permanentemente o desempenho dos próprios profissionais da educação.

Ao mesmo tempo, a plataforma favorece processos de padronização curricular. Embora frequentemente apresentadas como ferramentas capazes de personalizar a aprendizagem, muitas plataformas operam justamente no sentido inverso: oferecem percursos previamente estruturados, conteúdos organizados segundo parâmetros homogêneos e formas padronizadas de acompanhamento do desempenho. Com isso, diminuem as possibilidades de contextualização curricular, de valorização dos conhecimentos produzidos pelas comunidades escolares e de construção coletiva do trabalho pedagógico. O currículo tende a tornar-se mais uniforme, mais mensurável e mais compatível com as lógicas de monitoramento produzidas pelas próprias plataformas.

Essa transformação também modifica a relação entre professores e estudantes. A mediação pedagógica, historicamente construída pelo diálogo, pela escuta, pela problematização e pela interação humana, passa a dividir espaço com interfaces digitais que organizam ritmos, sugerem percursos de aprendizagem, classificam desempenhos e automatizam parte das interações educativas. Evidentemente, tecnologias digitais podem enriquecer práticas pedagógicas quando utilizadas criticamente. O problema surge quando essas tecnologias deixam de apoiar o trabalho docente para condicioná-lo, reduzindo progressivamente os espaços de autoria pedagógica.

É importante destacar que essa discussão não representa uma defesa do retorno a uma escola distante das tecnologias digitais. As plataformas podem favorecer comunicação, ampliar o acesso à informação, diversificar estratégias didáticas e fortalecer práticas colaborativas. A questão central não está na existência das tecnologias, mas na racionalidade que orienta sua utilização. Quando plataformas passam a organizar o currículo segundo critérios predominantemente gerenciais, produtivistas ou mercadológicos, corre-se o risco de reduzir a complexidade do trabalho educativo à lógica dos indicadores, dos algoritmos e das métricas de desempenho.

Por isso, a principal disputa colocada pela plataformização da educação não é tecnológica. Trata-se, sobretudo, de uma disputa curricular. Está em jogo quem decide o que ensinar, como ensinar, em que ritmo ensinar e quais conhecimentos serão considerados relevantes na formação das novas gerações. Em última análise, discutir plataformas digitais significa discutir projetos de educação, concepções de escola pública e formas de valorização do trabalho docente.

A plataformização da educação evidencia que o currículo continua sendo um dos principais campos de disputa da sociedade contemporânea. Se, em outros momentos históricos, essas disputas se materializaram por meio de reformas educacionais, políticas de avaliação ou prescrições curriculares, hoje elas também passam a ser mediadas por plataformas digitais, algoritmos e sistemas de gestão baseados em dados. Isso reforça uma compreensão que temos defendido em nossos estudos: o currículo jamais é neutro. Ele expressa projetos de sociedade, concepções de ser humano, formas de exercício do poder e perspectivas de formação. Por isso, defender a autonomia docente, a pluralidade dos conhecimentos, a gestão democrática e a escola pública significa também disputar os sentidos do currículo diante das novas racionalidades produzidas pelo capitalismo digital. Mais do que uma agenda tecnológica, a plataformização revela uma agenda política e curricular, cuja resposta passa necessariamente pelo fortalecimento do trabalho docente, da participação coletiva e da educação comprometida com a democracia, a emancipação humana e a justiça social (Silva, 2023).

Defender a autonomia dos professores, fortalecer a gestão democrática, preservar a pluralidade curricular e garantir que as tecnologias permaneçam subordinadas aos fins educativos, e não o contrário, constitui um dos maiores desafios colocados à educação pública brasileira na atualidade.

4.1 Caminhos para uma transformação digital comprometida com a educação pública

Esses compromissos não encerram o debate. Pelo contrário. Eles reafirmam que o desafio não consiste em negar o uso das tecnologias digitais, mas em disputar os sentidos políticos, pedagógicos e curriculares da transformação digital na educação pública. É justamente sobre essas possibilidades de resistência, organização coletiva e construção de alternativas que trataremos na próxima e última seção.

Antes disso apresentamos a seguir algumas sínteses relevantes para a nossa discussão, apontamos caminhos possíveis para uma plataformização verdadeiramente comprometida com a educação pública.

MANIFESTO EM SETE COMPROMISSOS.

SETE COMPROMISSOS PARA UMA EDUCAÇÃO DIGITAL DEMOCRÁTICA

- ✓ AS TECNOLOGIAS DEVEM SERVIR À EDUCAÇÃO, E NÃO O CONTRÁRIO.
- ✓ O CURRÍCULO DEVE CONTINUAR SENDO CONSTRUÍDO PELOS SUJEITOS DA ESCOLA.
- ✓ A AUTONOMIA DOCENTE É CONDIÇÃO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.
- ✓ DADOS EDUCACIONAIS PERTENCEM À SOCIEDADE, NÃO AO MERCADO.
- ✓ A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DEVE AMPLIAR POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS, JAMAIS SUBSTITUIR O TRABALHO EDUCATIVO.
- ✓ A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL EXIGE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.
- ✓ A ESCOLA PÚBLICA PRECISA DE INOVAÇÃO, MAS TAMBÉM DE SOBERANIA DIGITAL, JUSTIÇA SOCIAL E VALORIZAÇÃO DOS (AS) PROFESSORES (AS).

Quadro 2 – Caminhos para uma plataformização comprometida com a educação pública

O que fortalecer?	Por quê?
Autonomia docente	As plataformas devem apoiar o planejamento do professor, e não substituí-lo nem determinar automaticamente conteúdos, metodologias ou avaliações.
Gestão democrática	A escolha e a implementação de plataformas precisam envolver professores, estudantes, gestores e comunidades escolares, respeitando a autonomia das redes e das escolas.
Proteção dos dados educacionais	Dados de estudantes, professores e escolas são patrimônio público e devem ser protegidos contra usos comerciais, vigilância indevida e exploração econômica.
Soberania digital	O poder público deve reduzir sua dependência das Big Techs, investindo em infraestrutura pública, interoperabilidade, <i>software</i> livre e soluções tecnológicas alinhadas ao interesse coletivo.
Formação crítica para o uso das tecnologias	A formação docente deve superar o treinamento operacional, promovendo uma compreensão crítica dos impactos pedagógicos, éticos, políticos e curriculares das plataformas.
Currículo vivo e contextualizado	Plataformas não podem substituir o trabalho intelectual do professor nem limitar a diversidade de conhecimentos produzidos pelas escolas e pelas comunidades.
Fortalecimento das entidades representativas	Sindicatos, universidades, associações científicas e movimentos sociais desempenham papel fundamental no monitoramento, na formulação de políticas e na defesa da educação pública diante do avanço da plataformização.

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Da crítica à construção de alternativas

A análise desenvolvida ao longo desta seção evidencia que os desafios da plataformização exigem mais do que diagnósticos. Exigem posicionamentos, escolhas e compromissos. Se queremos que as tecnologias fortaleçam — e não fragilizem, a escola pública, é preciso orientar sua incorporação por princípios democráticos, éticos e pedagógicos. Nesse sentido, apresentamos, a seguir, sete compromissos que sintetizam o horizonte defendido nesta cartilha para uma educação digital comprometida com a autonomia docente, o currículo e a formação humana.

Resistir não é rejeitar a tecnologia

Resistir à plataformização da educação não significa defender uma escola distante das tecnologias digitais. Significa defender que elas permaneçam subordinadas aos objetivos da educação pública, da formação humana, da autonomia docente e da gestão democrática. Tecnologias podem ampliar oportunidades de aprendizagem, fortalecer práticas colaborativas e democratizar o acesso ao conhecimento. Entretanto, quando passam a organizar o currículo, controlar o trabalho docente, capturar dados educacionais e orientar decisões pedagógicas segundo interesses privados, tornam-se objeto de disputa política. O desafio colocado para a educação brasileira não é escolher entre tecnologia ou escola pública, mas construir uma transformação digital comprometida com a democracia, a justiça social e a valorização do trabalho docente.

Para refletir...

- Na sua escola, as plataformas digitais apoiam o trabalho pedagógico ou determinam como ele deve ser realizado?
- O professor ainda possui liberdade para adaptar conteúdos, metodologias e avaliações às necessidades de seus estudantes?
- As plataformas ampliam as possibilidades de aprendizagem ou reforçam uma lógica baseada no cumprimento de metas e indicadores?
- Quem decide o currículo: a comunidade escolar ou os algoritmos?

Em síntese

- ✓ Plataformas digitais não organizam apenas atividades escolares: elas também passam a influenciar decisões curriculares.
- ✓ A autonomia docente pode ser reduzida quando algoritmos, roteiros padronizados e indicadores passam a orientar o trabalho pedagógico.
- ✓ A intensificação do trabalho docente não decorre apenas do uso das tecnologias, mas da ampliação das exigências burocráticas e dos mecanismos permanentes de monitoramento.
- ✓ O currículo deixa de ser apenas um documento orientador e passa a ser influenciado pela lógica de funcionamento das plataformas digitais.
- ✓ A principal questão não é ser favorável ou contrário às tecnologias, mas assegurar que elas permaneçam subordinadas aos objetivos da educação pública, da formação humana e da autonomia pedagógica.

Capítulo 5

**E agora? Caminhos para
uma educação digital
democrática**



Ao longo desta cartilha procuramos demonstrar que a plataformização da educação não pode ser compreendida apenas como um processo de modernização tecnológica ou de incorporação de recursos digitais às escolas. Trata-se de uma transformação muito mais ampla, que reorganiza formas de gestão, redefine práticas pedagógicas, modifica o trabalho docente e passa a disputar os próprios sentidos do currículo e da escola pública.

Ao mesmo tempo, reconhecer os desafios colocados pela plataformização não significa assumir uma posição contrária às tecnologias digitais. A história da educação demonstra que cada inovação tecnológica trouxe novas possibilidades para ensinar, aprender, comunicar e produzir conhecimento. O desafio contemporâneo consiste em garantir que essas tecnologias permaneçam subordinadas aos objetivos da educação pública, da formação humana e da justiça social, e não aos interesses econômicos das grandes corporações que hoje disputam o campo educacional.

Mais do que perguntar se devemos ou não utilizar plataformas digitais, talvez a questão mais importante seja outra: sob quais princípios, para atender a quais finalidades e sob o controle de quem essas tecnologias passam a integrar o cotidiano das escolas? Essas perguntas deslocam o debate da dimensão estritamente tecnológica para o campo das escolhas políticas, curriculares e pedagógicas.

Isso exige reconhecer que professores não podem ser reduzidos à condição de operadores de plataformas digitais. Seu trabalho permanece sendo essencialmente intelectual, ético e pedagógico. Nenhum algoritmo substitui a capacidade de interpretar a realidade dos estudantes, construir relações educativas, contextualizar conhecimentos, promover o diálogo e formar sujeitos críticos. Da mesma forma, nenhum sistema informatizado pode substituir a riqueza das experiências construídas coletivamente no cotidiano da escola.

Também exige reafirmar que o currículo continua sendo uma construção social, histórica e política.

Em uma sociedade marcada pela expansão das plataformas digitais, torna-se ainda mais necessário defender currículos comprometidos com a pluralidade dos conhecimentos, com a diversidade cultural, com os direitos humanos, com a democracia e com a formação integral dos estudantes. A inovação tecnológica somente fará sentido quando contribuir para ampliar essas possibilidades e não para restringi-las.

Nesse cenário, sindicatos, universidades, movimentos sociais, associações científicas e redes públicas de ensino desempenham papel estratégico. São esses espaços coletivos que podem fortalecer o debate público, defender políticas de soberania digital, acompanhar contratos firmados com empresas privadas, exigir transparência no tratamento dos dados educacionais e contribuir para a construção de políticas tecnológicas comprometidas com os interesses da educação pública.

Da mesma forma, torna-se urgente investir em políticas permanentes de formação crítica de professores para o uso das tecnologias digitais. Mais do que aprender a utilizar plataformas, é necessário compreender seus fundamentos, seus modelos de funcionamento, seus interesses econômicos e seus impactos sobre o currículo, o trabalho docente, a avaliação e a gestão educacional. A alfabetização digital do século XXI precisa ser também uma alfabetização política, ética e crítica.

A defesa da escola pública passa, portanto, por uma tarefa que vai muito além da incorporação de equipamentos, aplicativos ou plataformas. Ela exige a construção de uma transformação digital democrática, orientada pelos princípios da autonomia docente, da gestão democrática, da proteção dos dados educacionais, da soberania tecnológica e da valorização da educação como direito social.

Como temos defendido em nossas pesquisas sobre currículo, toda política educacional materializa projetos de sociedade, concepções de conhecimento e perspectivas de formação humana (Silva, 2023). A plataformização não foge a essa regra. Ela também expressa disputas sobre quem produz o conhecimento, quem organiza o trabalho escolar, quem controla os dados educacionais e quem define os rumos da educação pública. Por essa razão, discutir plataformas digitais é, antes de tudo, discutir democracia, currículo e direito à educação.

Mais do que concluir este debate, esperamos que esta cartilha possa contribuir para ampliá-lo. Afinal, as tecnologias continuarão fazendo parte da escola. O verdadeiro desafio consiste em assegurar que elas permaneçam comprometidas com aquilo que nenhuma plataforma será capaz de substituir: o trabalho intelectual dos professores, a riqueza das relações humanas, a autonomia pedagógica, a construção coletiva do currículo e o compromisso histórico da escola pública com a formação crítica, democrática e

Mensagem final

A tecnologia deve ampliar as possibilidades da educação, nunca limitar sua capacidade de formar sujeitos críticos, livres e comprometidos com a transformação da sociedade.

Defender uma educação digital democrática é defender que as tecnologias permaneçam a serviço da escola pública, do currículo, do trabalho docente e da formação humana.

Dez ideias para levar desta leitura

- 1.A plataformização não é apenas uma inovação tecnológica; é uma transformação política, econômica e curricular.
- 2.Plataformas organizam não apenas atividades, mas também formas de ensinar, avaliar e gerir a educação.
- 3.Dados educacionais tornaram-se um ativo estratégico do capitalismo digital.
- 4.A autonomia docente é condição indispensável para uma educação de qualidade.
- 5.O currículo continua sendo um território de disputas.
- 6.A inteligência artificial deve apoiar, e não substituir, o trabalho pedagógico.
- 7.A soberania digital é parte da defesa da educação pública.
- 8.Tecnologias precisam ser reguladas democraticamente e orientadas pelo interesse público.
- 9.A formação crítica dos professores é tão importante quanto a infraestrutura tecnológica.
- 10.O futuro da escola pública dependerá menos das plataformas que utilizarmos e mais da capacidade coletiva de decidir, democraticamente, a serviço de quem essas tecnologias serão colocadas.

Referências

- AMARAL, Victória Izabelle Garcia; ARRAIS, Luciana Figueiredo Lacanallo. Plataformização do ensino no estado do Paraná: análise das implicações da utilização de jogos digitais a partir da Teoria Histórico-Cultural. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 15, n. 1, 2026. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/79556>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- BELOTI, Adriana; GALORO, Yasmin Karoline Sabec. Ensino plataformizado: formação docente e atuação inicial. **Debates em Educação**, Maceió, v. 18, n. 40, 2026. Disponível em: <https://periodicos.ufal.br/debateseducacao/article/view/18833>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- BOLGENHAGEN, Vanderlisse Ribeiro Alves; MARTINS, Suely Aparecida. A plataformização da educação no estado do Paraná. In: *Anais do IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação (SENPE)*, 2024. Disponível em: <https://portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SENPE/article/view/22117>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- CÁSSIO, Fernando. **Pedagogia da incompetência**: negacionismo, “evidências” e experimentos empresariais na educação pública. São Paulo: Letra e Voz, 2026.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022. v. 1.
- COPPI, Lucas. Os algoritmos e a errância: notas para ensinar em um mundo digital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 45, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/YpYHHxcWkGyjFyBPptTFPtw/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- COSTA, Leandro Silva; SILVA, Lenina Lopes Soares. Panorama da plataformização da educação no Brasil: uma busca por recomendações para a integração das tecnologias digitais na educação. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 28, n. 00, p. e026025, 2026. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8677645>. Acesso em: 14 jul. 2026.

- DOWBOR, Ladislau. **Os desafios da revolução digital**: impactos sociais, econômicos e culturais. São Paulo: Elefante, 2025.
- FENSELAU, Stephanie; NORMANHA, Ricardo. Currículo sob demanda e plataformas digitais: controle e heteronomia do trabalho docente. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 15, n. 1, 2026. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/79527>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- GARBIN, Mônica Cristina; RIBEIRO, Priscilla Rodrigues Lima; CIPOLI, Isabella Cristina Soares de Oliveira. Plataformização e controle pedagógico: disputas em torno da autonomia docente na rede estadual paulista. **Pro-Posições**, Campinas, 2025. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pp/a/cx8SPDZZf4gCShDYgrv9PtF/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- GOMIDE, A. A.; SILVA, M. M. S. e; LEOPOLDI, M. A. (Ed.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas** (2016-2022). Brasília: Ipea; Inct/PPED, 2023.
- MARX, Karl. **O capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PLATAFORMA DHESCA BRASIL; AÇÃO EDUCATIVA. **A plataforma e a privatização da educação como violação de direitos na rede estadual paulista**. São Paulo: Plataforma Dhesca Brasil; Ação Educativa, 2026.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SEKI, Allan Kenji. Educação digital e reconfiguração do trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 46, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7Vdn3TMZFLWvyPZBdWBPn6z/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- SILVA, Francisco Thiago. Educação e a luta antinazifascista no Brasil: implicações para o campo dos estudos curriculares na voz de estudantes de mestrado e doutorado. **Acta Scientiarum. Education**, 46(1), e68009, 2023. Disponível: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v46i1.68009>. Acesso em: 14 jul. 2026.
- SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
- VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas. Understanding Social Media Logic. **Media and Communication**, v. 1, n. 1, p. 2-14, 2013.

VELOSO, Braian; PARESCHI, Claudinei Zagui; MAURICIO, Gustavo Carvalho; OLIVEIRA, Achilles Alves de. Plataformização da educação superior: privatização, padronização e alienação nos processos de ensino. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 15, n. 1, 2026. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/79247>. Acesso em: 14 jul. 2026.

VITORINO, Cíntia da Silva; ALVES, Lynn Rosalina Gama. Plataformização da educação e práxis docente: revisão bibliográfica sobre economia da atenção e transformações pedagógicas. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 22, e255213, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5747/ch.2025.v22.h647>. Acesso em: 14 jul. 2026.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.



EDITORIA DISRUPTIVA